

**FAEP**FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA  
DO ESTADO DO PARANÁ

www.faep.com.br



www.senarpr.org.br

Mala Direta  
Postal

9912152808/2006-DR/PR

SENAR

CORREIOS

# Boletim Informativo

Tiragem desta edição: 23.000 exemplares

Nº 1015 - ANO XXIII

Curitiba, semana de 28 de julho a 3 de agosto de 2008

## Endividamento e altos custos ameaçam produção



A meta do Governo de produzir 150 milhões de toneladas de grãos na safra 2008/2009 está ameaçada diante do aumento dos custos de produção e do endividamento dos produtores rurais, apesar do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do saldo comercial, e da maior estimativa de Valor Bruto da Produção (VBP). *Leia na página 3*

## Soberania nacional ameaçada em Roraima



Almir Moraes Sá, presidente da Federação da Agricultura de Roraima, alerta o País sobre o problema em Raposa Serra do Sol, que envolve riquezas minerais inexploradas, interesses de ONGs e governos estrangeiros. *Pág. 5*

## Taxas dos insumos puxam aumento do PIB do agronegócio



O PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio manteve taxas altas de crescimento em abril, acumulando aumento de 3,83% no quadrimestre, porém, são os preços dos fertilizantes e rações que continuam o crescimento. Os insumos somaram uma expansão de 7,70% no período. Enquanto o agronegócio apresentou ligeira desaceleração nos preços agrícolas. *Pág. 2*

## Nova etapa do Jovens Aprendizizes

*Pág. 15*

# Taxas de crescimento dos insumos elevam o PIB do agronegócio

Dentro da porteira da fazenda, o segmento primário da agropecuária cresceu 1,53%

O PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio manteve taxas altas de crescimento em abril, acumulando aumento de 3,83% no quadrimestre, porém, são os preços dos fertilizantes e rações que continuam o crescimento. Os insumos somaram uma expansão de 7,70% no período. Enquanto o agronegócio apresentou ligeira desaceleração nos preços agrícolas, em abril, a expansão dos preços reais dos fertilizantes

ultrapassou 53% e os preços das rações duplicaram no quadrimestre, chegando a uma taxa de 17,2% somente no mês de abril.

Assim, embora o ritmo de crescimento do agronegócio esteja mais acelerado do que o observado em 2007, atingindo 0,98% em abril, frente a 0,54% do mesmo mês no ano passado, “a renda do produtor continua apertada”, afirma Ricardo Cotta Ferreira, superintendente técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).



Dentro da porteira da fazenda, o segmento primário da agropecuária cresceu 1,53%, acumulando expansão de 5,94% no primeiro quadrimestre do ano. Isoladamente, no entanto, o PIB da agricultura apresentou desaceleração em abril em relação aos resultados de março, registrando crescimento de 1,82% frente aos 2,20% de março. Mas, no acumulado do ano, as lavouras já somam expansão de 7,26%. “Continuamos com expectativas de elevado crescimento no PIB para o ano de

2008”, explica o superintendente da CNA, embora este crescimento acabe não resultando em ganhos para o produtor devido ao alto custo dos insumos agropecuários. “As previsões do nosso Projeto Campo Futuro indicam que a rentabilidade para a próxima safra será ainda pior para o produtor. Observamos que, na situação atual, os produtores terão rentabilidade para arcar com os custos operacionais, mas não o suficiente para cobrir as depreciações e o custo de oportunidade, o que é preocupante, pois ele tem perda patrimonial ou precisa recorrer a novos financiamentos”.

O segmento primário da pecuária, após dois meses de crescimento estável, também apresentou taxa de expansão de 1,15% em abril. Os aumentos dos preços do boi gordo, do leite e dos suínos foram os principais responsáveis pelo crescimento acumulado de 4,24% do segmento. Quanto à agroindústria, embora siga com taxas positivas, de 0,46% em abril, são menores que dos demais segmentos ainda devido à queda nos preços do açúcar e álcool. A indústria de óleos vegetais segue liderando pelo lado oposto, com taxa positiva de 3,75% no faturamento do mês e de 12,94% no acumulado do quadrimestre.

## Valor Bruto da Produção deverá chegar a R\$ 284,9 bilhões

Calculado para 25 produtos da agropecuária, o Valor Bruto da Produção (VBP) ou faturamento primário poderá chegar a R\$ 284,9 bilhões em 2008, superando em 29,18% o faturamento de 2007, de R\$ 220,5 bilhões. Mais uma vez, a expansão da produção e a disparada dos preços internacionais confirmam um cenário positivo para o VBP da agropecuária, mas os altos custos da atividade neutralizam a possibilidade de maior renda ao produtor.

As estimativas da CNA indicam que a soja terá o maior VBP,

calculado em R\$ 49,8 bilhões em 2008, do total de R\$ 176,1 bilhões previstos para a agricultura este ano. Segundo a assessora técnica Rosimeire dos Santos, “esse aumento é gerado pelo aumento de 54,8% dos preços da commodity em relação ao ano passado”. As cotações futuras da soja, que registraram marcas históricas acima de US\$ 16 cents por bushel, em junho, estão sustentadas pela redução da oferta no mercado norte-americano, ocasionada por problemas climáticos nesta safra, além da forte demanda da China. ■



# Altos custos e endividamento ameaçam aumento da produção

Agência CNA

O principal vilão dos agricultores tem sido o fertilizante

A meta do Governo de produzir 150 milhões de toneladas de grãos na safra 2008/2009, anunciada no início do mês, está ameaçada diante do aumento dos custos de produção e do endividamento dos produtores rurais, apesar do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do saldo comercial, e da maior estimativa de Valor Bruto da Produção (VBP).

A afirmação foi feita pelo superintendente técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Ricardo Cotta Ferreira. “A estimativa é extremamente viável, mas corre o risco de não ser alcançada. O setor vai bem, mas os produtores rurais, nem tanto”, argumentou.

Ao divulgar os Indicadores Rurais de julho, ele explicou que o principal vilão dos agricultores tem sido o fertilizante. Mencionando a cultura de soja, ele informou que um trabalho de campo realizado pela entidade em dez municípios produtores da oleaginosa constatou que o produto terá aumento nos preços que variam de 51,37% a 136,16%. Estes índices provocarão altas de até 52,4% nos custos de produção.

A alta nos valores pagos por esses insumos é atribuída principalmente à importação de 70% de algumas matérias-primas utilizadas em sua fabricação, como nitrogenados, fosfato e potássio. Quanto aos defensivos, o superintendente técnico afirmou que o estudo revelou reajustes de 8,95% a 19,20% nos preços na próxima safra, devido ao registro de novos produtos e à entrada



de defensivos genéricos. Segundo Cotta, houve ainda a redução da tarifa antidumping do glifosato importado da China, de 35,8% para 2,9%, fator que contribuiu para que os preços dos defensivos não aumentassem

demais. O glifosato é uma matéria-prima utilizada na fabricação de defensivos. “No entanto, é necessária a aceleração do processo de novos registros para baixar mais os custos”, ressaltou. ■

## Apreensão é o adiamento da votação da MP 432

Em relação ao endividamento dos produtores rurais, outro fator que ameaça a meta de produção projetada pelo Governo, Cotta disse que o principal motivo de apreensão do setor produtivo é o adiamento da votação da Medida Provisória (MP) 432, que trata da renegociação de R\$ 75 bilhões em dívidas de operações de crédito rural.

Desde 12 de julho, a matéria tranca a pauta do plenário da Câmara dos Deputados e poderá ser analisada apenas em agosto, após o retorno do recesso parlamentar. Apesar da MP estar em vigor, os bancos adotam a estratégia de esperar a matéria se tornar lei para iniciar o processo de renegociação.

Desta forma, ressaltou Cot-

ta, muitos agricultores inadimplentes ficam impedidos de tomar novos empréstimos para financiar a próxima safra e não dispõem de renda para ampliar a produção. “Os produtores precisavam equacionar o passivo do passado para ter acesso a novos empréstimos. Sem isso, eles não terão renda para produzir, o que pode acarretar queda da produção no futuro”, alertou.

Para o assessor técnico da Comissão Nacional de Comércio Exterior da CNA, Matheus Zanella, com a demanda mundial por alimentos, o produtor precisa se sentir estimulado a produzir. “Sem renda, o produtor não tem estímulo. As consequências disso são a redução de oferta e os preços para o consumidor continuarão altos”. ■

# Exportações atingem US\$ 33,8 bi no primeiro semestre do ano

As exportações brasileiras do agronegócio atingiram US\$ 33,8 bilhões, no primeiro semestre do ano, com um aumento de 16,3%, apesar da queda nas quantidades exportadas de alguns produtos. Apenas em junho, as exportações somaram US\$ 6,5 bilhões, um recorde para o período. "Tudo indica que os patamares elevados de preços agrícolas nos mercados internacionais vão continuar", diz o assessor técnico da Comissão Nacional de Comércio Exterior da



Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Matheus Zanella. A repercussão positiva desse cenário no agronegócio, segundo ele, levará a novas elevações das exportações e à repetição de recordes.

As importações do agronegócio também cresceram de janeiro a junho deste ano, favorecidas pelo câmbio e pela expansão do consumo interno. No período, somaram US\$ 5,6 bilhões, o que representa um aumento de 42,7% em relação ao primeiro semestre do ano passado. Desta forma, o saldo comercial do agronegócio também expandiu, atingindo US\$ 28,2 bilhões no semestre. "Esse valor é suficiente para compensar o déficit de US\$ 16,8 bilhões dos outros setores e manter o saldo comercial brasileiro positivo", afirma Zanella.

Mesmo com pequeno aumento de 4,3% na quantidade exportada, as exportações do complexo soja continuam crescendo, acumulando no semestre US\$ 9,0 bilhões, o que representa um aumento de 67,5%. Os embarques cresceram significativamente para a China e para a Europa, tradicionais compradores do produto brasileiro. Segundo o assessor técnico da CNA, as cotações da soja foram favorecidas pelas restrições de oferta dos Estados Unidos, que deslocou recursos para a produção de milho, e pelo sistema de taxas de exportação adotado pela Argentina para forçar a manutenção de sua produção no mercado doméstico.

**COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO** - O aumento dos preços dos produtos agrícolas começa, agora, a atingir também o complexo sucroalcoo-

leiro, que até então vinha apresentando sucessivas quedas nas exportações. Mesmo assim, as exportações do semestre ainda estão 2,7% menores do que as do mesmo período do ano passado. No entanto, segundo Zanella, "o desempenho de junho foi favorável e indica uma tendência de recuperação das exportações do setor". As exportações de etanol, por exemplo, já cresceram 27,6% em relação a 2007, atingindo US\$ 890 milhões nos primeiros seis meses do ano. Os Estados Unidos, maior exportador do etanol brasileiro, realizou mais compras esse ano, utilizando triangulação via países do Caribe para fugir da tarifa de importação imposta às exportações de etanol do Brasil. Também foi observado crescimento das exportações do produto para a Europa. ■





# Integridade territorial e soberania do Brasil ameaçadas em Roraima

Se a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol for confirmada em áreas contínuas, o Brasil estará mais perto de um conflito sangrento e da perda de parte de seu território. O alerta é do presidente da Federação da Agricultura de Roraima e do SEBRAE daquele estado, Almir Morais Sá, que viaja pelo País para chamar a atenção para a gravidade do problema, que envolve riquezas minerais inexploradas, interesses de ONGs e governos estrangeiros.

Nos próximos dias o Supremo Tribunal Federal vai se pronunciar sobre a legitimidade do decreto de homologação da reserva, que ocupa uma área de 1,7 milhão de hectares próximo à fronteira com a Venezue-

la e a Guiana Inglesa. Na semana passada, Almir Sá esteve no Paraná, visitou a FAEP e concedeu a seguinte entrevista ao Boletim Informativo:

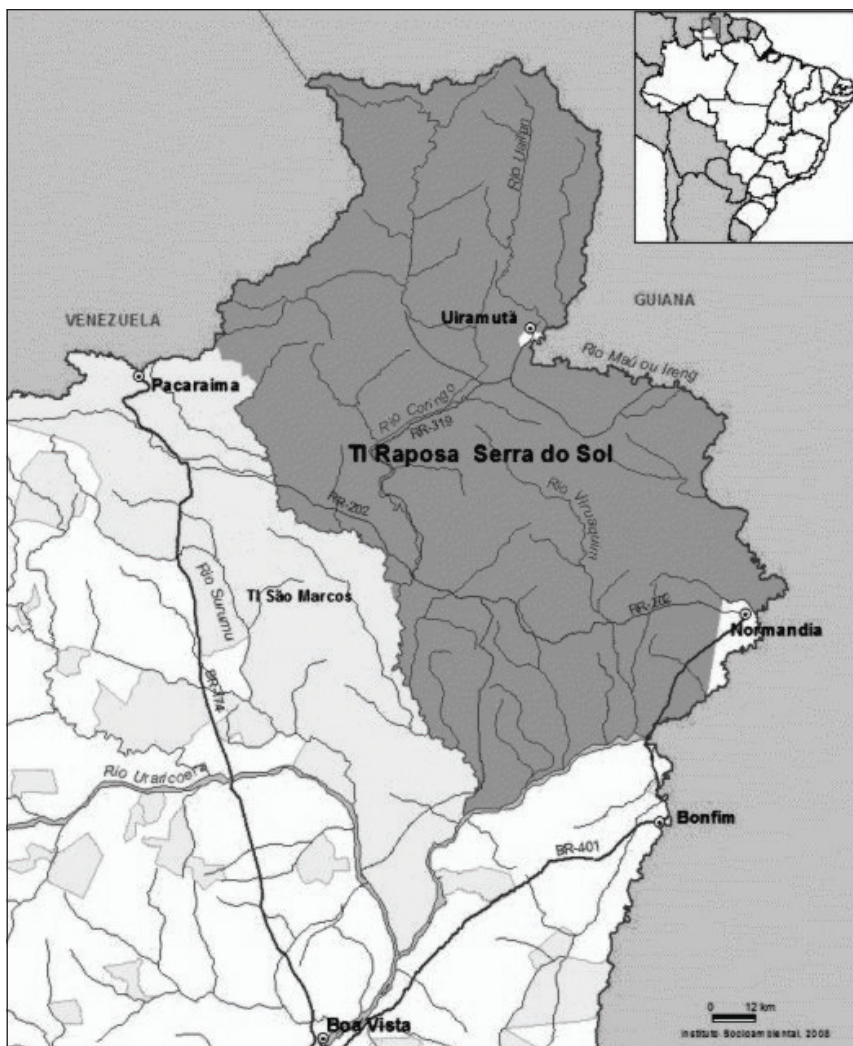
**Boletim Informativo - O senhor está viajando pelo País para chamar atenção dos brasileiros para o que acontece na reserva Raposa Serra do Sol. Por que é importante voltar os olhos para lá?**

**Almir Morais Sá -** *O brasileiro não dá a devida importância, mas existe uma política internacional, envolvendo estratégia de ONGs e até governos de países desenvolvidos, no sentido de congelar riquezas nacionais, sob o pano de fundo de questões indígenas e de meio ambiente, e imobilizar grandes recursos minerais que o País detém.*



Almir Morais Sá

Roraima tem sido um foco deste interesse internacional há mais de 30 anos. Em princípio, nós próprios também não estávamos muito preocupados, mas as coisas tomaram um rumo gravíssimo. Para se ter uma idéia, Roraima é maior do que o estado de São Paulo. De sua área total, só sobram 7% para produzir. Os outros 93% do território foram congelados, sendo que metade desta área pertence a comunidades indígenas. Fizemos grandes demarcações de áreas



*Virou uma esculhambação no Brasil. Hoje temos os índios e também os quilombolas. Não existem parâmetros. São só laudos de antropólogos que recebem dinheiro para isso, e ninguém sabe com que interesses e vinculações internacionais*



indígenas nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e com a Guiana. Mas chegamos a um ponto grave, que extrapola Roraima. A coisa avançou para o estado do Amazonas, para o Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e está tomando contextos nacionais. Ou seja, a demarcação de áreas indígenas virou uma estratégia sobre a qual o Congresso Nacional tem sido omissivo. O congresso não legislou para estabelecer limites na demarcação de áreas indígenas. Hoje qualquer antropólogo diz que ali é área indígena, o laudo dele vale, a Funai acata, e o presidente demarca por decreto. Não passa nem pelo Congresso.

**BI - A questão vai além do conflito fundiário então?**

**AMS -** Virou uma esculhambação no Brasil. Hoje temos os índios e também os quilombolas. Não existem parâmetros. São só laudos de antropólogos que recebem dinheiro para isso, e ninguém sabe com que interesses e vinculações internacionais. Qualquer ONG pode contratar um antropólogo desses, ele faz o laudo, a Funai aceita e sai a demarcação das áreas indígenas. A coisa é grave. O caso de Roraima é emblemático. E é por isso que estou mobilizando o País para olhar a região chamada Raposa Serra do Sol. Essa área foi uma das que mais tinham criação de gado em Roraima. Um grande rebanho, uma colonização de mais de dois séculos, uma convivência pacífica entre brancos e índios. Houve uma miscigenação. A cultura indígena predominante é a makuxi, embora tenha índios taurepangs e wapixanas. Mas a igreja católica formou uma cultura nas escolas, orientando a comunidade indígena sobre tradição, povo, território, cultura e demarcação de áreas. E, para tanto, era pre-

ciso que os índios se mobilizassem. Foram ensinadas técnicas de guerrilha. A orientação veio de um bispo, chamado Dom Aldo Mogiano, que veio da revolução de Angola, e de um tal padre Jorge. Nesses últimos anos, foram feitas guerrilhas nas fazendas, com corte de cercas, roubo de gado, queima de pontes, etc. O objetivo foi de desestimular os fazendeiros e fazer com que eles saíssem da região. Esse processo se agravou durante esses 30 anos, chegando agora à famosa demarcação Raposa Serra do Sol, em que o governo não quer indenizar com preço justo. A demarcação envolve áreas nas fronteiras da Guiana e Venezuela e não há controle nacional nessas fronteiras.

[ Ouvimos o seguinte do presidente Lula: "Eu estou cansado, estou de saco cheio de ser pressionado no exterior para demarcação de áreas indígenas". Se governos estrangeiros pressionam o Presidente da República para demarcar áreas no Brasil, é por que a questão é mais grave do que os próprios brasileiros imaginam ]

Veja a gravidade do problema. Para se construir um batalhão do Exército no município de Uiramutã, no meio da reserva Raposa Serra do Sol, foi preciso uma briga de anos na Justiça. Se hoje o Conselho Indigenista de Roraima discute na Justiça a própria presença do Exército, imagina o que será se demarcarem a região em área contínua. No futuro, irão obviamente buscar a independência. Por que é uma área riquíssima em minérios.

**BI - O que é possível ainda fazer, já que houve o decreto para demarcação daquela área?**

**AMS -** Houve um processo de demarcação com vícios de forma. O laudo antropológico que formou a Raposa Serra do Sol foi feito por três indivíduos, sendo uma antropóloga vinculada a ONGs internacionais, um motorista e uma pessoa sem qualificação para isso. Dos três, somente a antropóloga assinou o laudo, nem o motorista assinou.

Nesse laudo consta num primeiro momento 1,3 milhão de hectares, depois fala-se de 1,7 milhão de hectares. Nesse contexto, nosso governador conseguiu no Supremo Tribunal Federal uma liminar suspendendo a retirada dos produtores rurais da área. O mérito desta ação será julgado agora, quanto à legalidade da demarcação. Envolve área de fronteira, área de segurança nacional, onde o Conselho de Segurança Nacional não foi ouvido. É todo um processo cheio de vícios e não temos dúvida de que o Supremo vai reformular esta questão, só não sabemos como.

A mobilização nacional é importante para sensibilizar o Supremo, demonstrando que o Brasil está preocupado com aquela fronteira. Situação similar está sendo desencadeada em todo o Brasil. Em todos os estados em que há índios, a estratégia é a mesma. No Mato Grosso do Sul houve recentemente uma reunião dos antropólogos com o Ministério Público e já estão querendo tomar cinco municípios do estado, inclusive Dourados – segundo a federação de lá. O Mato Grosso também tem problemas em Juína, o Amazonas tem problemas, assim como o Acre e Rondônia.

Tudo em áreas de fronteira, mas o governo brasileiro deixa a questão em segundo plano.

Eu quero registrar o que ouvi numa reunião de deputados e senadores de Roraima com o presidente Lula. Nós ouvimos o seguinte do presidente: "Eu





*“Se hoje o Conselho Indigenista de Roraima discute na Justiça a própria presença do Exército, imagina o que será se demarcarem a região em área contínua.*

*No futuro, irão obviamente buscar a independência. Por que é uma área riquíssima em minérios”.*

*estou cansado, estou de saco cheio de ser pressionado no exterior para demarcação de áreas indígenas”. Ora, se o Presidente da República está de saco cheio, ele tem que parar e refletir. É uma questão nacional e grave. Se governos estrangeiros pressionam o Presidente da República para demarcar áreas no Brasil, é por que a questão é mais grave do que os próprios brasileiros imaginam.*

**BI - Qual seria a alternativa para pacificar esta situação toda?**

**AMS -** *Me parece que o melhor seria o Congresso Nacional disciplinar as demarcações de áreas indígenas. O Congresso Nacional tem sido omissivo nesta questão, e posso falar, por que já fui deputado duas vezes. Eu apresentei uma emenda à Constituição, a Emenda 250, que caiu na mão de um petista padre e ele botou o pé em cima por muitos anos. E depois deu parecer contrário. A emenda delegava ao Congresso Nacional competência para demarcar áreas indígenas e estabelecer os parâmetros dessas demarcações.*

**BI - Se a coisa seguir como está, se houver o isolamento de toda esta área da Raposa Serra do Sol, o que pode acontecer num futuro próximo e também a médio e longo prazo?**

**AMS -** *Num futuro próximo vamos ter a possibilidade de um confronto sangrento na área. Os próprios índios estão divididos e os produtores não aceitam sair da área. Num segundo momento, se demarcada a área de*

*forma contínua, estaremos numa situação em que os indígenas poderão, com apoio da ONU, pedir o desmembramento de seu território, por causa das riquezas que existem lá e interesses estrangeiros. E tem outro detalhe: na Venezuela e Guiana Inglesa as reservas também são em áreas contíguas e com as mesmas etnias. Então esse processo poderá tomar corpo internacional, em dimensões que envolvem os três países. Não é para agora, mas é importante dizer que o Brasil durante 500 anos se organizou e estruturou num grande território continental, e agora estamos sujeitos a deixar problemas para os descendentes, porque não estamos*

*sendo capazes de disciplinar e harmonizar as nossas fronteiras.*

*Então, para que não haja esse problema, é preciso que venhamos a sensibilizar toda a sociedade brasileira. Que o Brasil discuta a Amazônia, discuta suas fronteiras, e não espere que a influência internacional avance em função do descaso brasileiro. Estamos falando de uma área de 1,7 milhão de hectares, mas que quando começa a se somar com outras áreas contíguas, chega a praticamente metade do território de Roraima. Para que o povo do Paraná possa entender, seria mais de 60% da área do Paraná, nas fronteiras do Brasil com a Venezuela. ■*

## Uma nova questão Pirara

Foi sob pretexto de proteção e autonomia de povos indígenas que o Brasil perdeu um pedaço de seu território, em 1904, para a Inglaterra. Hoje a área pertence à Guiana Inglesa.

O litígio ficou conhecido como Questão Pirara, na qual o Brasil perdeu aproximadamente dois terços das terras em disputa (uma região de 33.200 km<sup>2</sup>). O nome foi dado à região em virtude do rio Pirara, um dos afluentes do Ireng. Com a conquista, a Inglaterra obteve acesso às águas do Rio Amazonas pelos rios Ireng e Tacutu. O

rei da Itália, Vítor Emanuel III, foi árbitro da questão.

O argumento dos britânicos, à época, foi de que o território do Pirara era ocupado por tribos independentes que reclamavam a proteção inglesa. No mês passado, representantes indígenas de Roraima, acompanhados de clérigos, fizeram uma turnê pela Europa pedindo apoio para a demarcação das terras na Raposa Serra do Sol. “Não são coincidências. É uma nova questão Pirara a caminho”, alerta o presidente da Federação da Agricultura de Roraima, Almir Sá. ■



Na visita à FAEP, Almir Sá aproveitou para conhecer o funcionamento dos programas Empreendedor Rural e Desenvolvimento Sindical. Na foto, conversa com o diretor-financeiro da federação, João Luiz Rodrigues Biscaia.

# Ministro da Agricultura abre colheita de milho safrinha em Alvorada do Sul

Reinhold Stephanes

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, participa no dia 02 de agosto, em Alvorada do Sul, da abertura da colheita do milho safrinha no Paraná. O sindicato rural do município, que organiza o evento, confirmou a presença do ministro.

Após a abertura da colheita, que acontecerá numa área a quatro quilômetros de Alvorada do Sul (sentido Porecatu), Stephanes deverá participar da 9ª Festa do Motorista, que acontece entre os dias 01 e 03 de agosto e é organizada pela Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com apoio dos produtores rurais do município.

Os produtores de Alvorada do Sul e de municípios da região entregarão ao ministro um abaixo-assinado que reivindica mudanças no Código de Trânsito Brasileiro. Eles querem que seja liberado o tráfego de máquinas agrícolas nas rodovias.

**MILHO SAFRINHA** – Nesta safra, o município de Alvorada do Sul deve produzir 87,4 mil toneladas de milho safrinha. Com uma área plantada de, aproximadamente, 19



mil hectares, a produtividade média estimada é de 4.600 quilos por hectares.

Em relação à área plantada com milho safrinha, o município é um dos principais do estado. No ranking dos municípios do Paraná com maior área plantada na safra 2006, Alvorada do Sul ficou na nona posição de acordo com dados do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge).

No Paraná, a área plantada com milho safrinha é de 1,6 milhão de hectares. Com esta área, o estado tinha o potencial para produzir 6,83 milhões de toneladas do grão. Seria uma produção recorde. Mas devido às fortes geadas que atingiram as principais regiões produtoras do estado, como Toledo, Cascavel e Campo Mourão nos dias 16 e 17 de junho, as estimativas são de que a safra seja reduzida em torno de 20%. Com isso, o Paraná deve colher 5,5 milhões de toneladas. ■

## Araruna sedia encontro de agricultores

**4º Encontro de Agricultores**  
**Araruna - PR**  
**Dia 03 de Agosto de 2008**

**PROGRAMAÇÃO:**

- 08:00 Horas**  
Santa Missa logo após chegada e bênção de tratores, animais de tração e cavaleiros.
- 10:00 Horas**  
Jantão da Roda de Violeiros  
Salão Paroquial
- 12:00 Horas**  
Almoço no Salão Paroquial  
Arroz Tratoreiro - R\$ 6,00
- 15:00 Horas**  
Manobras Radicais e Arrancação de Tratores

**50% DA RENDA SERÁ REVERTIDA PARA SANTA CASA DE CAMPO MOURÃO**

**POSTOS DE VENDAS DOS CONVITES PARA O ALMOÇO**

|                             |                                |
|-----------------------------|--------------------------------|
| Coop de Santa               | Olímpio (Candonga) - 0474-5234 |
| Sociedade Paroquial         | América (Bela) - 0474-5237     |
| Sociedade Rural             | Itaú Paroquial - 0474-5235     |
| Tráfego das Tratores (Bela) | Pedra Branca - 0474-5234       |

**Participe e Ganhe a Brindes!!!**

**UFPR** **POWER**

**08:00 Horas**  
Encerramento com Premiação dos melhores colocados

**08:00 Horas**  
Encerramento com Premiação dos melhores colocados

No dia 03 de agosto, acontece o IV Encontro de Agricultores de Araruna. O evento é realizado por um grupo de produtores do município, com apoio do Sindicato Rural de Araruna.

De acordo com programação do Encontro, o evento começa de manhã com uma missa, seguida da bênção de tratores, animais de tração e de cavaleiros. No salão paroquial, acontecerão a roda de violeiros e o almoço, em que será servido o “arroz tratoreiro” a R\$ 6,00 por pessoa. No período da tarde, os participantes poderão acompanhar a exibição de manobras radicais, como também, o arrancação de tratores. No final da tarde, haverá a premiação dos melhores colocados na prova. ■



# Sindicato Rural de São José dos Pinhais tem nova diretoria

No dia 11 de julho tomou posse a nova diretoria eleita no dia 4 de Junho, para gerir os destinos do Sindicato Rural de São José dos Pinhais, no triênio 2008/2011.

Estiveram presentes as autoridades que integram a administração pública municipal. Na foto da esquerda à direita, Alexandre Fernando Popia, chefe do Escritório local da Emater, Paulo Ricardo da Nova, presidente atual do Sindicato Rural, Livaldo Gemin, diretor-secretário da FAEP, Mauricio Valenga, que deixa o cargo de presidente do sindicato, prefeito Leopoldo da Costa Meyer, Rita Trevisan Meyer, secretária da Promoção Social, deputado estadual José Francisco Buhner, e o secretário da Agricultura, Osmar Foggatto, também presente o deputado federal Luís Carlos Setim.

Livaldo Gemin, diretor-secretário da FAEP, deu posse a nova Direto-



ria Formada por: Paulo Ricardo da Nova – presidente, Otávio Rendoki – vice-presidente, Fernando Tetrycz – secretário, Hamilton Possebon – Tesoureiro/suplentes, Pedro Schapieski, Osélia R. P. Negoseki, Laudir Valasky, Ivo Valenga / Conselho Fiscal – Luci-

ano Matucheski, Mauricio Valenga, Vicente Pampu / Suplentes - Eugênio Schules, Antônio Pietrovski e Dirce M. Ryndack. Após a cerimonia de posse todos os presentes foram convidados a participar do jantar de confraternização oferecido pelo Sindicato. ■

## Moreira Sales ganha extensão rural do Sindicato de Tuneiras do Oeste



Presidente: Mario Toscano Filho; Secretário Administrativo: Alencar Gimenez; Mobilizadora: Jeniura Costa Gomes

Dois anos depois de iniciados os trabalhos para a abertura da Extensão de Base do Sindicato Rural de Tuneiras do Oeste em Moreira Sales, o município conta hoje

com uma sede do Sindicato. A entidade vai realizar serviços de departamento pessoal, assessoria jurídica, declaração do Imposto Territorial Rural (ITR), emissão de Cer-

tidão de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), orientações a respeito de averbação de Reserva Legal, Ato Declaratório Ambiental (ADA), elaboração de contratos de arrendamento, parceria, comodato, aluguel, compra e venda.

Filiado ao Sistema FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná) e através do convênio com o SENAR (Serviço Nacional da Aprendizagem Rural), o Sindicato Rural de Tuneiras do Oeste já realizou 66 cursos de capacitação e qualificação da Família Rural em Moreira Sales desde o início de 2007, o que corresponde a aproximadamente 800 participantes, segundo informou o presidente do Sindicato, Mário Toscano Filho.

A sede da Extensão de Base está localizada na Av. Vereador Luis Posso, 1267, centro, Moreira Sales. ■

# Campanha para consumo da carne suína é lançada em Curitiba

Com o apoio da Federação da Agricultura do Paraná (FAEP), Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) e da Associação Paranaense de Suinocultores (APS), os produtores paranaenses estão se mobilizando para mais uma etapa do seu programa de informação, chamado "Um novo olhar sobre a carne suína", lançada em Curitiba dia 22. Desta vez os convidados principais foram médicos e nutricionistas, açougueiros e cozinheiros de restaurantes.

A campanha "Um Novo Olhar Sobre a Carne Suína" foi criada pela Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) há dois anos, com o objetivo de reestruturar a forma com que o produto é

comercializado no Brasil. Trata-se da proteína de origem animal mais consumida no mundo (cerca de 40 por cento do total, segundo a FAO).

Enquanto a Áustria consome 73,1 kg por habitante, a Espanha 66 kg e o Paraguai 26, no Brasil, no ano passado, a distribuição per capita de carne suína foi de apenas 13,1 kg por habitante. Com um detalhe: desses, 9 kg referem-se a embutidos (presuntos, lingüiças, salsichas) e apenas 3 kg equivalem à carne fresca.

Diante dessa constatação e do fato de que o Brasil é hoje o quarto maior produtor mundial e exporta a mesma carne para 76 países, a ABCS contratou pesquisas para entender o fenômeno. Os brasilei-

ros responderam (46 por cento na primeira pesquisa, em 1995, e 49 por cento deles, em 2005) que preferem o sabor da carne suína. Mas, na prática dos 83 kg de carne consumidos no ano passado por cada brasileiro, apenas 3kg foram de carne suína fresca.

**As razões** - Segundo a Associação, os consumidores listaram cinco razões para justificar essa atitude: preconceito, preço, conveniência, formato e associação com a obesidade. "O preço ficou do nosso lado, na comparação com as outras carnes, diz o presidente da ABCS, Rubens Valentini", e o preconceito é um sentimento complexo que não se combate apenas com informação", conclui o presidente. ■

## São João encerra Programa Empreendedor Rural

No dia 07 de julho, o Sindicato Rural de São João realizou o encerramento o Programa Empreendedor Rural, que teve início no dia 03 de março de 2008. Ministrado pelo instrutor do SENAR-PR, José Vescovi, o evento contou com 21 participantes.

Durante o encerramento, foram apresentados os projetos finais desenvolvidos pelos participantes. Um dos trabalhos foi escolhido para ser apresentado no final do ano em Curitiba, em votação foi escolhido o trabalho do produtor Whagner Perardt sobre reflorestamento e plantio de eucalipto. "Escolhi esse assunto pelo fato de ser um dos assuntos da atualidade", comentou. ■



Confira esta edição também na Internet acessando o site: [www.faep.com.br/boletim](http://www.faep.com.br/boletim)



## Arapoti realiza curso sobre transporte de produtos perigosos

O Sindicato Rural Patronal de Arapoti, em parceria em com o SENAR-PR e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), realizou o Curso de Treinamento Específico Para Condutores de Veículos Rodoviários Transpor-

tadores de Produtos Perigosos (MOPP). Ministrado pelo instrutor do SENAR-PR, Antônio Villas Boas Neto, o evento aconteceu entre dias 14 e 18 de julho e contou com a participação de 25 trabalhadores e produtores rurais. ■



# Ubiratã finaliza curso Administração de Empresa

O Sindicato Rural Patronal de Ubiratã finalizou no dia 18 em sua sede curso de Administração de Empresa Agrossilviatoris – Gestão Rural. O curso iniciou-se dia 14 finalizando com sucesso sob coordenação do instrutor que presta serviço ao SENAR/PR, Luiz Carlos Soares, de Cascavel.

Os 17 jovens filhos de agricultores que se fizeram presentes se aprofundaram em assuntos relevantes aproveitando a semana de férias para obter mais conhecimen-



tos. Segundo o instrutor, o curso tem como objetivo apresentar aos participantes as estratégias de trabalho

que eles precisam desenvolver para o mercado dos negócios, com isso, eles poderão obter uma visão empresarial ampla e ter o crescimento em sua renda familiar”.

Durante a semana foram discutidos vários assuntos como: noção de matemática financeira; custos operacionais; custo de produção; bolsa de mercado; gestão de qualidade Sindicalismo rural; liderança/motivação; empreendedorismo e outros. ■

## Sindicato rural e SENAR-PR oferecem formação profissional em Imbituva

Nos dias 14 e 15 de Julho, o Sindicato Rural de Imbituva realizou o curso de Derivados de Leite em parceria com o SENAR-PR. O evento aconteceu na cozinha do Sindicato e reuniu 12 pessoas. As participantes aprovaram o conteúdo do curso e já se inscreveram para o de Culinária Básica, que será realizado em setembro.



Curso de Derivados de Leite

Já nos dias 10, 11 e 12 de julho, o Sindicato promoveu o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos Costal Manual NR 31. Realizado em parceria com o SENAR-

PR, o evento contou com a participação de 13 pessoas de várias localidades do município.



Curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos Costal Manual

Com o objetivo de desenvolver o cultivo de eucalipto e pinus, com técnicas adequadas, visando otimizar a produção, o Sindicato Rural de Imbituva realizou o curso Trabalhador em Reflorestamento (matas homogêneas). O evento aconteceu nos dias 11 e 12 de junho. E nos dias 05 e 07 do mês passado, na Comunidade de Lontrão, o Sindicato promoveu o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos Integrado



Curso Trabalhador em Reflorestamento

NR 31. A iniciativa reuniu 15 participantes. Ambos os cursos também foram realizados em parcerias com o SENAR-PR. ■



Curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos Integrado - Comunidade de Lontrão

## Querência do Norte oferece curso em operação de colheitadeiras



Nos dias 18 e 19 de julho, o Sindicato Rural de Querência do Norte, em parceria com o SENAR-PR, promoveu o Curso de Operação e Manutenção de Co-

lheitadeiras New Holland.

O evento reuniu 13 participantes. Como eles demonstraram interesse em se aperfeiçoar ainda mais na atividade, o Sindicato já providencia a realização de outros módulos oferecidos pelo SENAR-PR. ■

# O legislador comum e a Constituição

A Carta Constitucional de 1988 foi debatida e aprovada por parlamentares eleitos para essa finalidade, embora mantendo paralelamente as suas incumbências congressuais ordinárias. Teve caráter misto. Mas, os eleitores sabiam ao votar que estavam elegendo legisladores constituintes, os quais teriam a incumbência de discutir e preceituar uma Constituição para o Brasil. E foi isso exatamente o que aconteceu. Os legisladores constituintes elaboraram um estatuto com duzentos e quarenta e cinco artigos, afora o ato especial concernente a disposições transitórias lastreado em setenta artigos. Analisando-se o direito constitucional comparado, a nossa Carta mostra-se copiosa. Prevalentes as considerações de Rui Barbosa acerca das constituições, quando afirma "As constituições não são regulamentos administrativos, não são tratados casuísticos". Bem, a nossa desce a detalhes e minudências relativas à vida nacional, perquire o mais amplo leque de áreas e setores. Transformou-se em verdadeiro código de normas. A consequência prática do fato é a constitucionalização corriqueira de toda e qualquer matéria jurídica. Isso envolve, necessariamente, a manifestação possível, ao

menos em tese, do Supremo Tribunal Federal, porquanto tribunal constitucional por excelência, estipulado no artigo 102, CF. Considerando o vasto campo constitucional ante a variedade de temas dispostos, determinadas controvérsias litigiosas levarão muito tempo para o exame final da constitucionalidade. O grande número de demandas de natureza constitucional determina demora natural no exame dos processos envolvidos da legislação ordinária e fatos concretos. A estrutura jurídica comum do País acha-se constitucionalizada.

Oatalho, no objetivo de resolver certas matérias, surge através das Emendas (artigo 60, CF). Estas buscam extirpar, modificar ou alterar primados estabelecidos no corpo da Carta. Em certas vezes a emenda cria ou extingue, mesmo que de forma oblíqua ou indireta, direitos, os quais passam a ser albergados pelo manto constitucional. Nesse caso, surge uma questão peculiar. O legislador ordinário, comum, que não recebeu mandato legislativo especial de caráter constituinte encontra-se a votar determinantes constitucionais

novas. Estas de que natureza for permanecerão, após aprovadas, inseridas no texto de 1988, modificando a fisionomia originária. A via da emenda encontra-se prevista no próprio corpo da Carta, contendo apenas as restrições do parágrafo 4º, art. 60. Assim, não poderá ser alvo de emenda "a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais". Afora isso o restante se submete às emendas. O uso delas é meio processual utilizado por boa parte das nações, mas aqui, a grande quantidade, excessiva, já dá mostras de modificação relevante do texto primitivo. Isso em parte se deve à ampla constitucionalização do direito nacional. Em outras palavras, o legislador atual, apenas comum, posto que não escolhido para elaborar uma Constituição, tem promovido e introduzido modificações, transformando-se em sucedâneo daqueles que integraram a assembléia nacional constituinte a qual deu origem à Carta de 1988. Talvez, mais avante, seja o caso de ampla revisão constitucional, a ser procedida através de convocação apropriada.

Djalma Sigwalt é advogado, professor e consultor da Federação da Agricultura do Paraná - FAEP - [djalma.sigwalt@uol.com.br](mailto:djalma.sigwalt@uol.com.br)



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar • Cep 80010-010  
Fone: 41 2169-7988 / Fax: 41 3323-2124  
Curitiba/Paraná  
[faep@faep.com.br](mailto:faep@faep.com.br) / [www.faep.com.br](http://www.faep.com.br)

**Presidente**  
Ágide Meneguette

**Vice-Presidentes**  
Moacir Micheletto, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Sebastião Olimpio Santarozza, Ivo Polo, Ivo Pierin Júnior

**Diretores Secretários**  
Livaldo Gemin,  
Pedro Paulo de Mello

**Diretores Financeiros**  
João Luiz Rodrigues Biscaia,  
Paulo José Buso Júnior

**Conselho Fiscal**  
Francisco C. do Nascimento,  
Luiz de Oliveira Netto, Lauro Lopes

**Delegados Representantes**  
Ágide Meneguette, João Luiz R. Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato A. Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar • Cep 80010-010  
Fone: 41 2106-0401 / Fax: 41 3323-1779  
Curitiba/Paraná  
[senarpr@senarpr.org.br](mailto:senarpr@senarpr.org.br)  
[www.senarpr.org.br](http://www.senarpr.org.br)

**Conselho Administrativo**  
**Presidente**  
Ágide Meneguette - FAEP

**Membros Efetivos**  
Ademir Mueller - FETAEP / Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC / Darci Piana - FECOMÉRCIO / Wilson Thiesen - OCEPAR

**Conselho Fiscal**  
**Membros Efetivos**  
Francisco Carlos do Nascimento - FAEP / Jairo Correa de Almeida - FETAEP / Luiz de Oliveira Netto - SENAR AC  
**Superintendência**  
Ronei Volpi

**Jornalista responsável:** Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)  
Marcos Tosi (redator); André Franco (redator)  
[imprensa@faep.com.br](mailto:imprensa@faep.com.br)

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR  
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL TRT-PR-00197-2007-671-09-00-9 (RCCS)

RECORRENTES: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP, SINDICATO RURAL PATRONAL DE SAPOPEMA

RECORRIDO: T.L.A.G.

RELATOR: REGINALDO MELHADO

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, provenientes da VARA DO TRABALHO DE TELÊMACO BORBA, sendo Recorrentes CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP, SINDICATO RURAL PATRONAL DE SAPOPEMA e Recorrido T.L.A.G.

## I. RELATÓRIO

Inconformada com a r. sentença de fls. 235/237, proferida pelo Exmo. Juiz Paulo Henrique Kretschmar e Conti, que acolheu parcialmente os pedidos formulados na inicial, recorre a parte ré.

As Autoras recorrem (fls. 241/245), com vistas à reforma do julgado, no que se refere à multa do art. 600, da CLT.

Os autos não foram encaminhados ao Ministério Público do Trabalho em virtude do que dispõe o art. 44 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

### 1. ADMISSIBILIDADE

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, **CONHEÇO** do recurso interposto pelas Autoras.

Regularmente intimado para ciência do recurso das Autoras e oferecimento de contra-razões (AR. f. 250 - verso, relativo ao doe. 2.684.006/2007 - f. 250), o Réu deixou transcorrer "in albis" o prazo que se expirou em 17/01/2008. Nesse sentido, também a certidão de fl. 251.

### 2. MÉRITO

#### MULTA DO ART. 600 DA CLT

O Juízo de origem, manifestando-se sobre a atualização monetária e juros (fi. 236), fundamentou no sentido de que sobre o débito (valor líquido acrescido da multa moratória) incide a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente até o momento do efetivo pagamento, já que se trata do índice cumulativo de correção monetária e de juros de mora aplicável de forma geral a todos os débitos federais, conforme regra uniformizadora do art. 13 da Lei nº 10.522/2002, o que afasta, pelo princípio da anterioridade, a norma prevista pelo art. 600 da CLT, que é considerada derogada".

Insurgem-se as autoras (CNA, FAEP e Sindicato Rural), argumentando que a Lei 10.522/2002 trata débitos do FGTS, instituídos pelos arts. 1º e 2º da Lei Complementar 110/2001, matéria estranha à dos autos, não se aplicando à contribuição sindical. Entendem que, no caso dos autos, deve incidir o art. 600, da CLT. Razão assiste às recorrentes.

Inaplicáveis os critérios fixados pelo Juízo de primeiro grau, uma vez que regem o cálculo de créditos de natureza tributária diversa da parcela objeto da presente lide. Tratando-se de crédito de contribuição sindical, necessário aplicar-se a lei específica.

É certo que a capacidade tributária ativa, para arrecadar e fiscalizar a cobrança da contribuição sindical rural era, inicialmente, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166/71). Com o advento da Lei nº

8.022/90, essa competência passou para a Secretaria da Receita Federal.

Somente com a edição da Lei nº 8.847/94 (art. 24, inciso I) a Secretaria da Receita Federal deixou de ter tal atribuição, que foi passada à Confederação Nacional da Agricultura e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (de acordo com o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, e art. 580 da CLT).

As disposições legais mencionadas versam sobre a competência para a fiscalização e cobrança da contribuição sindical rural. Tais alterações ensejaram a discussão quanto à revogação tácita ou não do art. 600 da CLT.

Os que adotam a corrente de que o mencionado artigo foi revogado, argumentam que o art. 2º da Lei nº 8.022/90 estabelece que as receitas de que tratam o art. 10 supra citado, quando não recolhidas nos prazos fixados, serão atualizadas monetariamente, na data do efetivo pagamento, nos termos do art. 61 da Lei nº 7.799/89, e cobradas pela União com os acréscimos estipulados nos seus incisos.

Não me parece, todavia, que o fato de tais disposições terem alterado a competência e instituído que a receita, cuja atribuição para fiscalização e recolhimento é do órgão ali indicado, deve ser atualizada na forma estabelecida no art. 2º, importe na revogação do art. 600 da CLT, inclusive porque esta norma legal trata das contribuições sindicais, inclusive aquelas disciplinadas no art. 592 da CLT.

Assim, entendo que, quando a competência para o recolhimento da contribuição sindical rural foi atribuída à Confederação Nacional da Agricultura e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, de acordo com o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166/71 e art. 580 da CLT, a matéria passou a ser regulada pelas disposições da CLT, inclusive no que diz respeito à multa do art. 600 da CLT.

Não vislumbro ainda que a Lei nº 8.022/90 tenha

revogado tacitamente mencionado dispositivo legal, vez que o intuito da norma era alterar a competência e regulamentar o recebimento da respectiva receita pela Secretaria da Receita Federal. A hipótese, portanto, não é de repristinação, porque o art. 600 da CLT sempre esteve vigente. O que se verifica é que, em relação à receita correspondente à contribuição sindical rural quando esta estava sob a égide da Secretaria da Receita Federal, foi instituída multa específica, em razão da legitimidade estar dirigida a ente de natureza distinta dos Sindicatos e respectivas Confederações. É essa relação, entre contribuinte sindical e sindicato, regulamentada na norma trabalhista, que enseja a aplicação do art. 600 da CLT.

Pelo exposto, deve ser acolhida a pretensão recursal, quanto à incidência da multa do art. 600 da CLT. Todavia, o valor da penalidade não pode exceder o da obrigação principal (Código Civil, art. 412).

### III. CONCLUSÃO

Pelo que,

**ACORDAM** os Juízes da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER DO RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**. No mérito, por igual votação, **DAR-LHE PROVIMENTO** para, nos termos da fundamentação, condenar o réu ao pagamento da multa do art. 600 da CLT, observando-se que o valor da penalidade não pode exceder o da obrigação principal (Código Civil, art. 412).

Custas sobre o valor acrescido à condenação de R\$2.000,00, fixadas em R\$40,00.

Intimem-se.

Curitiba, 05 de junho de 2008.

**REGINALDO MELHADO**  
Relator



# Instrutores se preparam para nova etapa do JAA

*A partir de setembro, estarão disponíveis os módulos nas áreas de agricultura orgânica, fruticultura, olericultura e pecuária leiteira*

Ao todo, setenta instrutores participaram da formação

Cerca de 70 instrutores passaram pelo Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) de Ibiporã entre os dias 21 e 25 de julho, na formação que abordou os seis módulos específicos do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA). Boa parte do grupo já atua no Programa, que este ano estreou um novo formato. Primeiro, os jovens participam de um módulo de gestão agropecuária, com 144 horas de duração, onde, além de conteúdo técnico,

são abordados vários aspectos de desenvolvimento humano. Concluída esta etapa, os jovens podem escolher os módulos específicos de seu interesse para dar continuidade a sua formação.



A partir de setembro, estarão disponíveis os módulos nas áreas de agricultura orgânica, fruticultura, olericultura e pecuária leiteira. Cada um deles tem 80 horas de duração. Também, serão oferecidos os módu-

los em cana-de-açúcar, com duração de 56 horas, e de mecanização, com 96 horas.

“Estamos fazendo um trabalho diferenciado nessa formação, no sentido de fazer os instrutores traba-



lharem esses módulos de aperfeiçoamento dentro do conceito de competências e habilidades”, explicou a pedagoga Regiane Hornung, do SENAR-PR. A pedagoga esclareceu ainda que para cada módulo foi destacado um instrutor responsável pela definição do plano de aula e que a formação foi uma oportunidade de validar este trabalho na presença e com a participação de outros instrutores. “Tiveram a oportunidade de

A prática da compostagem pode ser aplicada aos jovens



ajudar na construção da metodologia que será utilizada em cada módulo e de vivenciar práticas que poderão ser aplicadas com os jovens”.

Como os módulos exigem aulas ainda mais dinâmicas que as da primeira etapa, Horning convoca os parceiros do Programa para a nova missão. “É tudo novo e nós do SENAR-PR, junto com os instrutores, contamos com o apoio dos sindicatos rurais e demais parceiros como prefeituras municipais, cooperativas e escolas, entre outros,



para que as aulas não fiquem só na teoria. Que estas instituições, que até agora têm sido grandes parceiras do JAA, continuem dando apoio, que foi essencial no módulo de gestão e será ainda mais importante nesses módulos”, observou.

**Broto Verde** – uma equipe técnica da Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (Famasul) e SENAR-MS visitou o CTA de Ibiporã durante a semana de formação. De acordo com Aristóteles Fer-

reira Junior, presidente do Sindicato Rural de Coxim (MS) e vice-presidente da Famasul, a intenção foi conhecer, trocar experiências e ver o que pode ser adequado ao projeto lá desenvolvido. O Programa Broto Verde atende 40 jovens carentes do município de Coxim, desde dezembro do ano passado. Por um período de dois anos, jovens entre 16 e 18 anos que estejam matriculados na rede de ensino são atendidos diariamente pelo Sindicato Rural com um

trabalho de qualificação profissional. “Em dois anos, serão encaminhados para estágio e, posteriormente, inserção no mercado de trabalho”, afirmou Ferreira.

“Estamos conhecendo a experiência consolidada no Paraná para poder acertar o passo. A idéia é dar subsídios ao projeto de Coxim para que a experiência possa ser repassada a outros sindicatos”, concluiu Maria do Rosário Almeida, gestora de educação profissional do SENAR-MS. ■

## Jovens de Sabáudia concluem JAA

Depois de quatro meses, 36 jovens da zona rural de Sabáudia, que participaram do Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), receberam seus

certificados de conclusão do Programa. A entrega dos certificados ocorreu na Casa da Cultura do município no dia 10 de julho. Com a inici-

ativa do Sindicato Rural de Sabáudia, em parceria com o SENAR-PR, a prefeitura local e o Colégio Estadual “Hermínia Rolim Lupion”, os jovens tiveram a chance de conhecer mais sobre os aspectos vocacionais relacionados às atividades agropecuárias. Eles também foram informados sobre as oportunidades oferecidas pelo meio onde vivem. ■



**Endereço para devolução:**  
Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**



- |                                                   |                                        |
|---------------------------------------------------|----------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                 | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente    |                                        |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado |                                        |
| <input type="checkbox"/>                          |                                        |

Informação dada pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Responsável